



GRUPO
DELGA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DELGA INDÚSTRIA & COMÉRCIO S.A

31 DE DEZEMBRO DE 2025

COM RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Delga Indústria e Comércio S.A.

Relatório da Administração
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)



Relatório da Administração

Ambiente de Mercado

O exercício de 2025 transcorreu em um ambiente automotivo ainda resiliente no Brasil, ainda que com ritmo de crescimento mais moderado em relação a 2024. Segundo a Anfavea, os emplacamentos de autoveículos totalizaram 2,69 milhões de unidades, crescimento de 2,1% em relação ao ano anterior, enquanto a produção nacional alcançou 2,64 milhões de unidades, com expansão de 3,5%.

Mesmo diante de um cenário macroeconômico caracterizado por taxas de juros elevadas, o mercado interno apresentou capacidade de absorção, apoiado também pelo avanço relevante das exportações, que cresceram mais de 30% no período, reforçando a integração da indústria nacional às cadeias globais.

No segmento de veículos leves, observou-se estabilidade de volumes e a continuidade da evolução do mix de produtos, com crescimento da participação de veículos eletrificados, refletindo uma transformação estrutural da demanda. Já o segmento de veículos pesados enfrentou maior pressão ao longo do ano, em função do custo de crédito e da postergação de investimentos, especialmente na renovação de frotas de maior valor.

Adicionalmente, o avanço do arcabouço regulatório e industrial, com a regulamentação do programa MOVER e a implementação do programa Carro Sustentável, reforçou a previsibilidade do ambiente de negócios e estimulou investimentos voltados à eficiência energética, inovação e produção local.

Desempenho da Companhia

Nesse contexto, a Delga Indústria e Comércio S.A. apresentou receita operacional líquida de R\$ 791,3 milhões em 2025, frente a R\$ 890,9 milhões em 2024. A redução de volume reflete, principalmente, a desaceleração do segmento de veículos pesados e a menor entrada de projetos de ferramentais no período, fatores já absorvidos no planejamento operacional da Companhia.

O lucro bruto totalizou R\$ 31,7 milhões, impactado pela menor diluição de custos fixos industriais em função do volume mais baixo. Como resposta, a Administração implementou um conjunto de ações de ajuste estrutural, com racionalização de custos, revisão de processos e adequação da capacidade produtiva à nova realidade de demanda.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Relatório da Administração
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)



As despesas administrativas e gerais apresentaram redução consistente, totalizando R\$ 48,4 milhões, frente a R\$ 66,3 milhões no exercício anterior, evidenciando a efetividade das medidas de controle e disciplina de gastos adotadas ao longo do ano.

O resultado operacional antes do financeiro e dos impostos permaneceu positivo, somando R\$ 4,2 milhões, reforçado por outras receitas operacionais no montante de R\$ 20,9 milhões, incluindo itens não recorrentes, notadamente créditos tributários reconhecidos no período.

O resultado financeiro líquido encerrou o exercício com despesa de R\$ 72,8 milhões, refletindo o ambiente de juros elevados e o maior custo das operações financeiras, especialmente aquelas relacionadas a capital de giro e antecipação de recebíveis – instrumentos utilizados de forma tática para preservação da liquidez e continuidade operacional.

Adicionalmente, foram reconhecidas outras receitas não operacionais no valor de R\$ 44,5 milhões, decorrentes principalmente do ajuste a valor justo de propriedades para investimento, com o correspondente reconhecimento de tributos diferidos.

Como consequência, o exercício foi encerrado com prejuízo líquido de R\$ 16,7 milhões, representando **melhora relevante em relação ao prejuízo de R\$ 27,0 milhões registrado em 2024**, evidenciando a trajetória de estabilização dos resultados.

A geração operacional medida pelo EBITDA alcançou R\$ 28,5 milhões. Considerando os ajustes não recorrentes – notadamente provisões e despesas de readequação estrutural –, o EBITDA ajustado atingiu R\$ 40,3 milhões, refletindo de forma mais adequada o potencial operacional recorrente da Companhia.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Relatório da Administração
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)



	2025	2024
Receita líquida	791.278	890.850
Custos dos produtos vendidos	(759.545)	(787.495)
Lucro bruto	31.733	103.354
Despesas administrativas e gerais	(48.400)	(66.327)
Outras receitas operacionais	20.902	1.314
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos	4.234	38.340
Receitas financeiras	16.922	5.017
Despesas financeiras	(89.690)	(69.749)
Resultado financeiro líquido	(72.768)	(64.731)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-
Outras Receitas Não Operacionais	44.522	(66)
Resultado antes dos impostos	(24.012)	(26.457)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	-	(574)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	7.267	-
Lucro líquido do exercício	(16.745)	(27.031)
(=) Ebitda	28.518	62.749
<i>% sobre Receita Líquida</i>		
Provisão de Estoque	1.852	1.099
Rescisão com Readequação	10.000	
(=) Ebitda Ajustada	40.370	63.848

Gestão Financeira e Disciplina de Capital

Ao longo de 2025, a Administração manteve postura conservadora e disciplinada na gestão financeira, priorizando:

- Preservação de liquidez;
- Ajuste da estrutura de custos ao nível de atividade;
- Gestão ativa do capital de giro;
- Revisão contínua da estrutura de endividamento.

Os efeitos pontuais de provisões de estoque e despesas de reestruturação refletem decisões gerenciais voltadas à correção de distorções e ao fortalecimento da base operacional para os próximos ciclos, sem comprometer a continuidade das operações.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Relatório da Administração
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)



Estratégia, Investimentos e Diversificação

A Companhia manteve foco em investimentos seletivos e de alto impacto, direcionados principalmente à melhoria de eficiência operacional, produtividade e flexibilidade industrial.

Paralelamente, continuou avançando na diversificação de sua atuação, ampliando exposição a segmentos menos cíclicos, como máquinas agrícolas e construção, reduzindo gradualmente a dependência exclusiva do setor automotivo e suavizando a volatilidade do fluxo de receitas.

A Organização também se mantém alinhada às transformações estruturais da indústria, especialmente no que se refere a sustentabilidade, eficiência energética e inovação tecnológica, posicionando-se de forma adequada para capturar oportunidades futuras.

Perspectivas para 2026

Para 2026, as perspectivas seguem construtivas. As projeções da Anfavea indicam crescimento moderado da produção, com maior concentração no segmento de veículos leves e recuperação gradual do mercado de pesados, condicionada à evolução das taxas de juros e do crédito.

A Companhia vislumbra oportunidades relevantes associadas à entrada de novos projetos, à modernização da frota nacional e ao fortalecimento da agenda de eficiência energética impulsionada pelo programa MOVER.

A Administração permanece comprometida com:

- Redução progressiva do endividamento;
- Fortalecimento da geração de caixa operacional;
- Continuidade da disciplina financeira;
- Criação de valor sustentável no médio e longo prazo.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



Shape the future
with confidence

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas da
Delga Indústria e Comércio S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Delga Indústria e Comércio S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional



**Shape the future
with confidence**

e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 02 de abril de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

A handwritten signature in purple ink, reading 'Fernanda Guimarães Scandura'.

Fernanda Guimarães Scandura
CRC SP-289782/O

Delga Indústria e Comércio S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	5	18.013	32.366
Contas a receber de clientes	6	10.681	18.968
Estoques	7	117.727	123.510
Impostos a recuperar	8	17.442	26.635
Outros ativos		1.671	1.261
Partes relacionadas		1.345	554
Total do ativo circulante		166.879	203.294
Impostos a recuperar	8	6.295	6.295
Ativo fiscal diferido	25	7.267	-
Depósitos judiciais		2.094	2.000
Total do realizável a longo prazo		15.656	8.295
Direito de uso	10	14.374	16.358
Propriedade para Investimentos	9	48.736	-
Imobilizado	11	215.239	209.320
Intangível		819	1.193
Total do ativo não circulante		279.168	226.871
Total do Ativo		461.703	438.460

Delga Indústria e Comércio S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Passivo			
Fornecedores	14	40.956	59.977
Empréstimos e financiamentos	12	144.902	119.648
Debêntures	13	12.658	12.893
Obrigações trabalhistas e sociais	15	27.484	30.499
Obrigações fiscais e tributárias	16	13.227	6.536
Imposto de Renda e Contribuição Social		-	533
Parcelamentos de impostos	17	21.816	23.904
Adiantamento de clientes	18	47.496	6.859
Arrendamentos a pagar	10	5.405	8.217
Outras Passivos		3.186	1.255
Total do passivo circulante		317.130	270.321
Empréstimos e financiamentos	12	51.592	70.305
Debêntures	13	8.314	20.785
Parcelamentos de impostos	17	39.057	13.568
Arrendamentos a pagar	10	11.302	10.900
Outros Passivos		388	149
Provisão para perda em processos judiciais	19	5.181	7.008
Total do passivo não circulante		115.834	122.715
Total do Passivo		432.964	393.036
Patrimônio Líquido	20		
Capital social		47.359	47.299
Reserva Legal		4.086	4.086
Prejuízos acumulados		(22.706)	(5.961)
Total do Patrimônio Líquido		28.739	45.424
Total do passivo e patrimônio líquido		461.703	438.460

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Demonstração do resultado
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Receita líquida	21	791.278	890.850
Custos dos produtos vendidos	22	(759.545)	(787.495)
Lucro bruto		31.733	103.355
Despesas administrativas e gerais	22	(48.400)	(66.327)
Outras receitas operacionais	23	20.901	1.314
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		4.234	38.342
Receitas financeiras	24	16.922	5.017
Despesas financeiras	24	(89.690)	(69.749)
Resultado financeiro líquido		(72.768)	(64.732)
Outras receitas não operacionais	26	44.522	(66)
Resultado antes dos impostos		(24.012)	(26.456)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	25	-	(574)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	25	7.267	-
Prejuízo do exercício		(16.745)	(27.030)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Demonstração do resultado abrangente
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Prejuízo do exercício	(16.745)	(27.030)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>(16.745)</u>	<u>(27.030)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	47.299	4.087	32.665	-	84.051
Prejuízo do exercício	-	-	(21.068)	(5.962)	(27.030)
Reservas de Lucros	-	-	(11.597)	-	(11.597)
Saldos em 31º de dezembro de 2024	47.299	4.087	-	(5.962)	45.424
Aumento de capital	60	-	-	-	60
Prejuízo do exercício	-	-	-	(16.745)	(16.745)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	47.359	4.087	-	(22.707)	28.739

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(16.745)	(27.030)
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	11	16.432	17.148
Depreciação de bens e direitos	10	7.868	13.816
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	12	38.529	28.243
Encargos sobre debêntures	13	5.062	6.145
Encargos sobre arrendamentos	10	1.969	2.271
Encargos sobre parcelamentos	24	10.299	13.214
Custo residual na baixa de ativo imobilizado	11	-	1.348
Encargos de duplicatas descontadas	24	22.176	17.135
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	6	426	-
Contratos de arrendamentos	10	-	509
Provisão para demandas Judiciais	19	(1.827)	(102)
Créditos Tributários	8	(4.909)	-
Provisão para Perda de Estoques	7	1.852	-
IR e CS Diferido	26	(7.267)	-
Ajuste a valor justo	26	(48.676)	-
Variações em:			
Contas a receber de clientes		(14.315)	(650)
Estoques		3.931	9.545
Impostos a recuperar		14.102	34.333
Outros créditos		(410)	416
Depósitos judiciais		(94)	(123)
Fornecedores		(19.021)	7.376
Obrigações trabalhistas e sociais		(3.015)	3.830
Obrigações fiscais e tributárias, parcelamentos de impostos		19.793	(52.465)
Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher		(533)	533
Adiantamento de clientes		40.637	(2.769)
Outros passivos		2.170	(3.477)
Instrumentos financeiros derivativos		-	136
Caixa gerado pelas atividades operacionais		68.434	69.382
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Empréstimos concedidos à partes relacionadas		(791)	(1.422)
Aquisição de intangível		-	(700)
Aquisição de imobilizado	11	(21.977)	(25.499)
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento		(22.768)	(27.621)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Pagamento de principal sobre arrendamento	10	(8.294)	(14.590)
Empréstimos e financiamentos pagos	12	(379.976)	(326.824)
Debêntures pagas	13	(12.634)	(25.368)
Juros pagos sobre arrendamentos	10	(1.969)	(2.271)
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debentures		(43.268)	(49.075)
Captação de empréstimos e financiamentos		386.122	400.072
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de financiamento		(60.019)	(18.056)
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		(14.353)	23.705
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	5	32.366	8.661
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	5	18.013	32.366

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Delga Indústria e Comércio S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 21 de agosto de 1968, cuja atividade principal consiste na estamparia de metais em geral, fabricação de peças e acessórios para automóveis, caminhões, tratores e linha branca.

A sede da Companhia está localizada na Rua Álvares Cabral, nº 1.559, no Município de Diadema, Estado de São Paulo, contando ainda com filiais em São Paulo, Ferraz de Vasconcelos (SP) e São Leopoldo (RS).

A Companhia é controlada pela holding Delga Participações S.A., uma sociedade anônima de capital fechado que detém 99,99% de participação na Companhia.

A Delga Indústria atende montadoras, sistemistas e fornecedores de autopeças, fornecendo componentes estampados, conjuntos soldados e ferramentaria, destacando-se no setor automotivo.

2. Base de preparação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 02 de abril de 2026.

Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, assegurando a adequada transparência na apresentação das informações contábeis.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis específicas, incluindo determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e propriedade para investimento.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação--Continuação

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Todos os valores apresentados foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas de forma contínua. Os efeitos decorrentes das revisões são reconhecidos prospectivamente.

i) *Julgamentos*

Os principais julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis estão detalhados nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 3(k) - Prazo de arrendamento: se a Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.

ii) *Incertezas sobre premissas e estimativas*

As premissas que possuem risco significativo de resultar em ajustes materiais nos próximos períodos incluem:

- Nota explicativa nº 6 - Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber de clientes: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- Nota explicativa nº 7 - Estoques - Reconhecimento e mensuração de provisão para obsolescências dos estoques;
- Nota explicativa nº 8 - Impostos a recuperar - Transações elegíveis para a tomada de crédito na mensuração dos créditos de PIS e COFINS decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo;

Delga Indústria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação--Continuação

d) Uso de estimativas e julgamentos

ii) *Incertezas sobre premissas e estimativas--Continuação*

- Nota explicativa nº 11 - Ativo imobilizado - Definição de vida útil e valor residual dos bens do ativo imobilizado e teste de redução do valor recuperável dos bens do ativo imobilizado pelo método de valor justo menos custo de venda com base em dados não observáveis significativos; e
- Nota explicativa nº 19 - Provisão para perdas em processos judiciais - reconhecimento e mensuração de provisões para perdas em processos judiciais - Principais premissas sobre a probabilidade e magnitude de saída de recursos.

iii) *Mensuração do valor justo*

Ao mensurar o valor justo de ativos ou passivos financeiros, a Companhia utiliza dados observáveis tanto quanto possível, classificando-os em diferentes níveis conforme a seguinte hierarquia:

- Nível 1 - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços); e
- Nível 3 - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

A mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia se enquadra no Nível 2.

Mais informações estão disponíveis na Nota Explicativa nº 27.

iv) *Transações que não envolveram caixa*

As transações da Companhia que não envolveram movimentações de caixa são:

- Reconhecimento de direito de uso no montante de R\$5.884 mil.
- Constituição de provisão para estoques no montante de R\$1.852 mil.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis

a) Moeda estrangeira

As transações realizadas em moeda estrangeira são convertidas para o Real (R\$), moeda funcional da Companhia, utilizando as taxas de câmbio vigentes na data da transação.

Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira na data do balanço são reconvertidos para o Real com base na taxa de câmbio da data de encerramento do exercício.

- As diferenças de conversão são reconhecidas no resultado do exercício na linha de despesas financeiras ou receitas financeiras, conforme aplicável.
- Ativos e passivos não monetários que são mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio da data em que o valor justo foi determinado.

b) Instrumentos financeiros

i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

ii) *Classificação e mensuração subsequente*

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

ii) *Classificação e mensuração subsequente*--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

Delga Indústria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

ii) *Classificação e mensuração subsequente*--Continuação

Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio--Continuação

As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.

Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

ii) *Classificação e mensuração subsequente*--Continuação

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

ii) *Classificação e mensuração subsequente*--Continuação

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

iii) *Desreconhecimento*

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

c) Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

d) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado na média ponderada e inclui gastos incorridos na aquisição desses estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

e) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

e) Imobilizado--Continuação

Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Edifícios	25 anos
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10 anos
Instalações	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Benfeitorias em imóveis terceiros	25 anos
Veículos	5 anos
Equipamentos de informática	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data do balanço e ajustados caso seja apropriado.

f) Ativos intangíveis

Reconhecimento e mensuração

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

Amortização

Amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens para amortizar o custo de itens do ativo intangível, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

- Software: 1- 5 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data do balanço e ajustados caso seja apropriado.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

f) Ativos intangíveis--Continuação

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam.

g) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

A política da Companhia para a constituição da provisão de crédito de liquidação duvidosa leva em conta a análise qualitativa dos títulos vencidos, considerando:

- 100% do mercado privado com títulos vencidos acima de 360 dias;
- Títulos vencidos acima de 360 dias para o mercado público desde que não haja nenhuma negociação em curso.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

g) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)--Continuação

Ativos financeiros não-derivativos--Continuação

Instrumentos financeiros e ativos contratuais--Continuação

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. São mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Em cada data de balanço, a Companhia avalia os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui problemas de recuperação quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que os ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do cliente;
- Probabilidade que o devedor estará em falência ou passará por outro tipo de reorganização;
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por conta das dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

g) Redução ao valor recuperável (Impairment)--Continuação

Ativos financeiros não-derivativos--Continuação

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que seriam aceitas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

g) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)--Continuação

i) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, representados substancialmente pelos estoques e imobilizado, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade geradora de caixa ("UGC") exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

As perdas de valor recuperável reconhecidas em exercícios anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil ou sua unidade geradora de caixa ("UGC") que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

h) Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

i) Benefício a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

j) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente, legal ou construtiva, como resultado de eventos passados, sendo provável a saída de recursos e quando o valor pode ser estimado de forma confiável.

k) Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, um arrendamento. Um contrato é, ou contém, um arrendamento se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia usa a definição de arrendamento do CPC 06 (R2).

A Companhia arrenda galpões. Esses arrendamentos normalmente duram cinco anos, com opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados a cada cinco anos, para refletir os valores de mercado. Os arrendamentos de galpões foram firmados há longa data como arrendamentos conjuntos, tanto do terreno como de suas edificações.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

k) Arrendamentos--Continuação

i) *Como arrendatária*

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente para a Companhia no final do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que a Companhia exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente, que é determinada nas mesmas bases do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

k) Arrendamentos--Continuação

i) *Como arrendatária*--Continuação

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo de ativo arrendado.

A taxa incremental nominal aplicada em 31 de dezembro de 2025 foi de 11,07% ao ano.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia arrenda equipamentos de TI com prazos de contrato de um a três anos. Esses arrendamentos são de curto prazo e/ou arrendamentos de itens de baixo valor. A Companhia optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para esses arrendamentos.

l) Receita operacional

Venda de produtos

A receita operacional de venda de produtos é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando (ou à medida que) a entidade satisfizer à obrigação de performance ao transferir o bem ou o serviço (ou seja, um ativo) prometido ao cliente, ou seja, quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes. O ativo é considerado transferido quando (ou à medida que) o cliente obtiver o controle desse ativo.

O controle do ativo refere-se à capacidade de determinar o uso do ativo e de obter substancialmente a totalidade dos benefícios restantes provenientes do ativo. O controle inclui a capacidade de evitar que outras entidades direcionem o uso do ativo e obtenham benefícios desse ativo.

m) Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receitas de juros sobre aplicações financeiras, descontos obtidos, variações monetárias e cambiais ativas; e
- Despesas com juros e encargos sobre empréstimos e impostos parcelados, variações monetárias e cambiais passivas e taxas bancárias.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

m) Receitas e despesas financeiras--Continuação

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

n) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

i) *Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente*

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

ii) *Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido*

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferido.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

n) Imposto de renda e contribuição social--Continuação

ii) *Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido--Continuação*

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

o) Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos de transação

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos de transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos, excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são registradas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data de reporte. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas (ou seja, na data em que o recebedor obtém o controle) ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa. Na determinação do montante oriundo do desconhecimento da propriedade para investimento, a Companhia avalia os efeitos de contraprestações variáveis, a existência de componente financiamento significativo, contraprestações que não envolvam caixa e contraprestações devidas ao comprador (caso haja).

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou dessa conta, apenas quando houver alteração de uso. Se a propriedade ocupada por proprietário se tornar uma propriedade para investimento, a Companhia contabiliza a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data de alteração de uso.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

4. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025 e normas emitidas, mas ainda não vigentes

Novos requerimentos atualmente em vigor

Data Efetiva: 1º de janeiro de 2025

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Para os períodos anuais de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2025, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade.

A Companhia avaliou e não identificou impactos significativos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

4. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025 e normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Abaixo apresentamos as alterações recentes nas normas que deverão ser aplicadas a partir de sua data efetiva. A Companhia está avaliando os possíveis impactos e pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Data Efetiva: 1º de janeiro de 2026

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Em maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 and IFRS 7 - Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 - Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As principais alterações introduzidas são as seguintes:

- Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na “data de liquidação” e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação.
- Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados.
- Esclarecimentos sobre o que constitui “características sem direito de regresso” e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados.
- Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI)

Delga Indústria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

4. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025 e normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas.

A Companhia não antecipa que essas alterações terão impacto material sobre suas demonstrações financeiras consolidadas, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

Data Efetiva: 1º de janeiro de 2026--Continuação

Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS - Volume 11

Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros), IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa).

Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes.

As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada. As alterações não são esperadas para ter impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

4. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025 e normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

Data Efetiva: 1º de janeiro de 2027

IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. Os impactos materiais iniciais esperados sobre as demonstrações financeiras da Companhia são os seguintes:

A participação no lucro de uma coligada e de um empreendimento conjunto serão classificadas na categoria de investimento, dentro da demonstração do resultado.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

4. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025 e normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

Data Efetiva: 1º de janeiro de 2027

IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras--Continuação

As diferenças de variação cambial serão classificadas na categoria da demonstração do resultado (receita e a despesa) em que estiverem os itens que deram origem a tais diferenças de câmbio.

Serão incluídas novas divulgações, compreendendo: (a) medidas de desempenho definidas pela administração (Management-defined performance measures - MPMs); (b) despesas específicas por natureza, caso as despesas sejam apresentadas por função na categoria operacional da demonstração do resultado; e (c) uma conciliação, para cada linha da demonstração do resultado, entre os valores reapresentados de acordo com a IFRS 18 e os montantes anteriormente apresentados de acordo com a IAS 1 (CPC 26 (R1)).

Os juros recebidos e os juros pagos passarão a ser classificados, respectivamente, nas atividades de investimento e atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, conforme o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

No Brasil, o CPC 26 será substituído pelo CPC 51 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis (equivalente à IFRS 18), atualmente o CPC e suas entidades congregadas estão ainda em processo de discussão dos eventuais conflitos do CPC 51 com a legislação societária vigente. Embora ainda as discussões não tenham encerrado, não se espera alterações substanciais na atual legislação.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

4. Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e CPC novas e revisadas--Continuação

Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

Data Efetiva: 1º de janeiro de 2027--Continuação

IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

Reforma Tributária Brasileira

Em dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil, posteriormente regulamentada pela Lei Complementar nº 214/2025 e complementada por propostas legislativas ainda em tramitação.

A reforma prevê a substituição gradual dos tributos atuais sobre o consumo, incluindo ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS, por um modelo baseado em tributos sobre valor agregado, composto pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto Seletivo (IS).

O IBS será de competência compartilhada entre Estados e Municípios, enquanto a CBS será de competência federal. O IS terá caráter regulatório, incidindo sobre bens e serviços específicos. A implementação do novo sistema ocorrerá de forma gradual, com período de transição entre 2026 e 2032 e vigência plena a partir de 2033.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

4. Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e CPC novas e revisadas--Continuação

Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

Data Efetiva: 1º de janeiro de 2027--Continuação

Reforma Tributária Brasileira

A reforma tem como principais objetivos a simplificação do sistema tributário, a adoção do princípio da tributação no destino, a não cumulatividade ampla e a uniformização da legislação aplicável, incluindo a gestão centralizada do IBS por meio de comitê gestor específico.

Durante o período de transição, as entidades deverão acompanhar os potenciais impactos na mensuração e apresentação de ativos e passivos tributários, incluindo a avaliação da recuperabilidade de créditos tributários constituídos sob o regime atual.

Do ponto de vista contábil, a reforma poderá demandar a revisão de critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação dos tributos sobre o consumo, especialmente no que se refere à realização de créditos acumulados de ICMS, PIS e COFINS.

Até a presente data, não foram emitidas orientações formais pelos órgãos reguladores contábeis acerca dos impactos da referida reforma.

Com base nas análises realizadas até o momento, a Administração não espera impactos contábeis relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia, considerando que os créditos tributários existentes apresentam expectativa de realização no curto prazo e que não há ativos relevantes cuja recuperabilidade dependa de premissas relacionadas ao período pós-transição.

A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma e não espera que estas normas gerem impacto material nas demonstrações financeiras de exercícios sociais subsequentes.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Caixa	38	36
Bancos conta movimento	5.490	680
Aplicações financeiras	12.485	31.650
Total	18.013	32.366

As aplicações financeiras estão compostas conforme quadro abaixo:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>	<u>Rendimento</u>
Aplicação Automática	650	440	10,22% CDI a.a
Compromissada	-	2.507	75% CDI
CDB - Pós	8.692	18.289	101,5% CDI
Fundo de Investimento	3.143	10.414	12% a.a
Total	12.485	31.650	

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa compreendem numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de alta liquidez, prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia são, substancialmente, representadas por instrumentos de renda fixa, indexados ao CDI, com liquidez imediata ou vencimento de curto prazo, sendo classificadas como equivalentes de caixa conforme os critérios estabelecidos pelo CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

As aplicações estão distribuídas entre modalidades como aplicações automáticas, certificados de depósito bancário (CDB) e fundos de investimento, com taxas de remuneração atreladas majoritariamente ao CDI, variando conforme a instituição financeira, prazo e volume aplicado.

A Companhia realiza o gerenciamento de seus recursos financeiros com o objetivo de preservar a liquidez, mitigar riscos e obter rentabilidade compatível com o mercado, mantendo seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha.

A exposição a riscos de crédito decorrentes dessas aplicações está relacionada à capacidade de pagamento das instituições financeiras contratadas e é monitorada continuamente pela Administração, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 28 - Instrumentos financeiros e gestão de riscos.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

6. Contas a receber de clientes

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Clientes nacionais	32.048	43.225
Clientes estrangeiros (Nota nº 28)	1.060	2.598
	33.108	45.823
(-) Antecipação de recebíveis (i)	(22.001)	(26.855)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (ii)	(426)	-
	(22.427)	(26.855)
	10.681	18.968

- (i) O saldo refere-se à operação bancária de antecipação de recebíveis baseada na transferência de domicílio bancário simples, sem garantia ou caução de contas a receber, sem coobrigação e com depósito de documentos pela Companhia, com uma taxa média de juros de 1,35% a.m..
- (ii) A Companhia adota como prática provisão para perda esperada os títulos de clientes que permanecem inadimplentes por mais de 360 dias, exceto se:
- (a) Exista uma cobrança judicial em curso;
 - (b) Exista o fornecimento de material contínuo para o cliente (cliente ativo), podendo ser compensado com a cobrança em conjunto de outras duplicatas;
 - (c) Comprova-se que as cobranças realizadas estão em resultando em uma negociação de recuperação em curso;
 - (d) Em caso de faturamento de Ferramental, que haja a comprovação de que o vencimento ajustado está adimplente com as cláusulas do contrato;
 - (e) Em casos de Notas de Débito, que haja a comprovação de que falta o respectivo reconhecimento do débito internamente ou que a negociação para ressarcimento do débito ainda esteja em curso.

Considerando o contexto do mercado e o conjunto de clientes da empresa, que se limita às grandes montadoras e fornecedores do país, há isenção de análise econômica para definição de limite de crédito de clientes. Sendo que este, deve ser estabelecido no sistema com base na estimativa de faturamento resultante da soma dos contratos de fornecimento em vigor.

Para o processo de implantação de novos clientes, é necessário avaliar a situação financeira em que o mesmo se encontra, verificar suas informações em órgãos de proteção ao crédito, como o Serasa, e conduzir uma avaliação de crédito em conjunto com a equipe comercial, com o aval da diretoria financeira.

A Companhia vende produtos e componentes para empresas de grande porte e substancialmente no setor automotivo, com a seguinte participação percentual e concentração por cliente abaixo demonstrada:

Delga Indústria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

6. Contas a receber de clientes--Continuação

Cliente	% de concentração
Volkswagen ("VW")	38%
Dana	13%
Meritor	9%
General Motors	6%
Volkswagen ("Truck & Bus")	6%
Outros	28%
Total	<u>100%</u>

A abertura das contas a receber de clientes nacionais e estrangeiros pode ser assim demonstrada:

	2025	2024
A vencer:		
A vencer até 30 dias	19.952	37.831
A vencer a mais de 30 dias	2.723	2.698
Total a vencer	<u>22.675</u>	<u>40.529</u>
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	5.712	1.615
De 31 a 90 dias	468	1.998
De 91 a 180 dias	4.251	1.681
Há mais de 180 dias	-	-
Total de vencidos	<u>10.431</u>	<u>5.294</u>
Total Geral	<u>33.106</u>	<u>45.823</u>

A provisão para perda esperada tem a seguinte movimentação nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Provisão para perdas esperadas	2025	2024
Saldo inicial	-	(268)
Adição	(426)	-
Baixa	-	268
Saldo final	<u>(426)</u>	<u>-</u>

Delga Indústria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

7. Estoques

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Produtos acabados	26.170	26.389
Produtos em elaboração	2.231	1.529
Produtos semiacabados	47.331	53.259
Matérias-primas	18.574	27.578
Materiais de consumo auxiliares e outros	4.118	5.689
Ferramentais em construção	8.729	4.875
Sucata	16	30
Adiantamento a fornecedores	12.400	5.102
Importações em andamento	1.109	158
(-) Provisão Perda Estoque	<u>(2.951)</u>	<u>(1.099)</u>
	<u>117.727</u>	<u>123.510</u>

A Companhia realiza avaliações periódicas sobre a necessidade de provisão para perdas em estoques, considerando critérios como obsolescência, deterioração e baixa rotatividade dos itens armazenados.

A movimentação da provisão para perda de estoques em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é apresentada a seguir:

a) Provisão para Perda de Estoques

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Valor Realizável Líquido	<u>(2.951)</u>	<u>(1.099)</u>
	<u>(2.951)</u>	<u>(1.099)</u>

A provisão para perdas em estoques refere-se, substancialmente, ao ajuste dos estoques ao seu valor realizável líquido, conforme requerido pelo CPC 16 (R1) - Estoques.

O valor realizável líquido corresponde ao preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados para conclusão e despesas necessárias para efetuar a venda.

A Companhia constitui provisão para perda de estoques sempre que o valor contábil dos itens excede seu valor realizável líquido, considerando fatores como obsolescência, baixa rotatividade, descontinuidade de produtos e condições de mercado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a provisão constituída totaliza R\$2.951 mil (R\$1.099 mil em 2024), refletindo principalmente revisões nas estimativas de realização de determinados itens do estoque.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

7. Estoques--Continuação

a) Provisão para Perda de Estoques--Continuação

A Administração revisa periodicamente as premissas utilizadas na mensuração do valor realizável líquido, de forma a assegurar que os estoques não estejam registrados por valor superior ao montante esperado de realização.

8. Impostos a recuperar

	2025	2024
IPi a recuperar	2.011	5.071
ICMS a compensar	20	478
IRPJ a Compensar	1.095	396
Crédito ação PIS e COFINS - ICMS na base de cálculo (i)	209	13.736
ICMS Sobre Aquisição de ativo Imobilizado	3.892	3.073
PIS a recuperar sobre aquisição de imobilizado	1.060	694
COFINS a recuperar sobre aquisição de imobilizado	4.139	2.803
Crédito ação FGTS (ii)	6.295	6.295
Crédito ação INSS (iii)	4.909	-
Outros	107	384
	23.737	32.930
	2025	2024
Circulante	17.442	26.635
Não circulante	6.295	6.295

- (i) Em 29 de novembro de 2018, ocorreu o trânsito em julgado no qual a Companhia obteve êxito em ação contra a Fazenda Federal, relacionada à não inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. A Companhia obteve o direito de compensar valores indevidamente recolhidos entre 2002 e 2016. O montante de créditos reconhecidos foi revisado anualmente com base na evolução do tema e atualização dos valores pela Taxa Selic. Durante 2024, houve uma redução no saldo do crédito decorrente da utilização gradual para compensação tributária, reduzindo o saldo de R\$13.376 mil em 2024 para R\$209 mil em 2025.
- (ii) Em 27 de fevereiro de 2015, ocorreu o trânsito em julgado no qual a Companhia obteve êxito em ação contra a União Federal, INSS e Caixa Econômica Federal, referente à não obrigatoriedade do recolhimento das contribuições ao FGTS previstas na Lei Complementar 110/2001. O crédito total reconhecido foi de R\$6.295 mil, mantido integralmente no ativo não circulante, aguardando as fases finais do processo de habilitação para utilização.
- (iii) Em 02 de dezembro de 2025, ocorreu o trânsito em julgado no qual a Companhia obteve êxito em ação contra a Fazenda Federal, relacionada a ação que tem por objeto a compensação dos valores recolhidos indevidamente a título de contribuições previdenciárias e contribuições para outras entidades e fundos pelo requerente, tratando-se de indébitos relativos a tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil. O crédito total reconhecido foi de R\$4.909 mil, mantido integralmente no ativo não circulante.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

8. Impostos a recuperar--Continuação

A Companhia segue monitorando e utilizando os créditos tributários de forma eficiente, conforme permitido pela legislação vigente.

9. Propriedades para investimento

a) Conciliação do valor contábil

	<u>31/12/2025</u>
Saldo Inicial	-
Adições	60
Ganho na mensuração do valor justo	<u>48.676</u>
Saldo final	<u>48.736</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia recebeu aporte de capital no montante de R\$ 60 mil, realizado por sua controladora, Delga Participações S.A., mediante a conferência de bem imóvel ao capital social, conforme aprovação societária.

O referido imóvel, localizado na cidade de São Paulo, foi classificado como propriedade para investimento, sendo mantido com o objetivo de obtenção de renda por meio de arrendamento e/ou valorização de capital.

Na data da integralização, o imóvel foi submetido à avaliação a valor justo, com base em laudo elaborado pela empresa Logos Engenharia e Consultoria, avaliadora independente com experiência no mercado imobiliário, utilizando uma metodologia de avaliação baseada em dados de mercado comparáveis.

Em decorrência dessa avaliação, foi reconhecido ajuste positivo a valor justo no montante de R\$ 48.676 mil, refletindo a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor justo apurado na data-base.

b) Mensuração do valor justo

O valor justo das propriedades para investimento foi determinado com base em laudos de avaliação elaborados por avaliadores independentes, com qualificação profissional adequada e experiência recente na localização e no tipo de propriedade avaliada.

A Companhia adota o modelo de mensuração ao valor justo para suas propriedades para investimento, conforme previsto no CPC 28 - Propriedade para Investimento.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

9. Propriedades para investimento--Continuação

b) Mensuração do valor justo--Continuação

A seguir, apresenta-se a mensuração do valor contábil e do valor justo dessas propriedades:

	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>
Edifícios	48.736	48.736
Saldo final	<u>48.736</u>	<u>48.736</u>

As propriedades para investimento estão mensuradas pelo valor justo na data-base, o qual corresponde ao valor contábil apresentado, não havendo diferenças entre esses montantes.

As variações de valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidas diretamente no resultado do exercício, conforme previsto no CPC 28 - Propriedade para Investimento, os efeitos tributários foram considerados nas linhas correspondentes no resultado da Companhia

10. Direito de uso e arrendamentos a pagar

a) Movimentação direito de uso

	<u>Terrenos e edifícios</u>
Em 1º de janeiro de 2025	16.358
Adições	5.884
Outros	-
Despesas de amortização do exercício	(7.868)
Em 31 de dezembro de 2025	<u>14.374</u>
	<u>Terrenos e edifícios</u>
Em 1º de janeiro de 2024	28.759
Adições	1.415
Outros	(6.628)
Despesas de amortização do exercício	(7.188)
Em 31 de dezembro de 2024	<u>16.358</u>

Delga Indústria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

10. Direito de uso e arrendamentos a pagar--Continuação

a) Movimentação direito de uso--Continuação

O saldo de direito de uso corresponde aos contratos de arrendamento mercantil, reconhecidos conforme o CPC 06 (R2) / IFRS 16, que requer o reconhecimento dos ativos arrendados no balanço patrimonial, com correspondente passivo financeiro.

Durante o exercício de 2025, houve adições no montante de R\$5.884 mil, refletindo novas contratações de arrendamentos, e amortizações de R\$7.868 mil, impactando o saldo final do direito de uso.

b) Movimentação dos arrendamentos a pagar

<u>31/12/2024</u>	<u>Adição</u>	<u>Pagamento de principal</u>	<u>Outros</u>	<u>Pagamento de juros</u>	<u>Provisão de juros</u>	<u>31/12/2025</u>
19.117	5.884	(8.294)	-	(1.969)	1.969	16.707
19.117	5.884	(8.294)	-	(1.969)	1.969	16.707
					<u>2025</u>	<u>2024</u>
Arrendamentos a pagar					16.707	19.117
Circulante					5.405	8.217
Não circulante					11.302	10.900
<u>31/12/2023</u>	<u>Adição</u>	<u>Pagamento de principal</u>	<u>Outros</u>	<u>Pagamento de juros</u>	<u>Provisão de juros</u>	<u>31/12/2024</u>
31.784	1.924	(7.962)	(6.628)	(2.271)	2.271	19.118
31.784	1.924	(7.962)	(6.628)	(2.271)	2.271	19.118
					<u>2024</u>	<u>2023</u>
Arrendamentos a pagar					19.117	31.784
Circulante					8.217	6.188
Não circulante					10.900	25.596

As adições dos contratos de arrendamentos são transações que não afetam caixa.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

11. Ativo imobilizado

As movimentações do imobilizado em 2025 e 2024 estão demonstradas nos quadros a seguir:

a) Custo

	31/12/2024	Adições	Baixas	Transferência	31/12/2025
Terrenos	294	-	-	-	294
Edifícios	10.243	-	-	-	10.243
Instalações	22.351	-	-	214	22.565
Máquinas e Equipamentos	270.558	42	-	1.907	272.507
Móveis e utensílios	1.120	6	-	19	1.145
Veículos	1.424	-	-	-	1.424
Equipamentos C.P.D.	1.889	0	-	-	1.889
Aparelhos e acessórios	5.145	55	-	-	5.200
Benfeitorias em imóveis	54.636	158	-	-	54.794
Veículos industriais	95	-	-	-	95
Instalações administrativas	729	-	-	-	729
Embalagens Industriais	10.991	-	-	-	10.991
Bens de pequeno valor	1	-	-	-	1
Ferramentas	716	3	-	7	726
Imobilizações em Andamento	19.217	21.000	-	(2.147)	38.070
Consortio	-	714	-	-	714
Total do custo	399.409	21.978	-	-	421.387

	31/12/2023	Adições	Baixas	Transferência	31/12/2024
Terrenos	294	-	-	-	294
Edifícios	10.243	-	-	-	10.243
Gastos pré-operacionais	43	-	(42)	-	1
Instalações	22.270	33	(3)	51	22.351
Máquinas e equipamentos	236.034	4.391	(2.294)	32.427	270.558
Móveis e utensílios	1.002	142	(25)	-	1.119
Veículos	1.424	-	-	-	1.424
Equipamentos CPD	1.839	52	(2)	-	1.889
Aparelhos e acessórios	5.053	120	(27)	-	5.146
Benfeitorias em imóveis	54.038	9	-	589	54.636
Veículos industriais	95	-	-	-	95
Instalações administrativas	712	17	-	-	729
Embalagens Industriais	8.708	489	(132)	1.926	10.991
Bens de pequeno valor	1	-	-	-	1
Ferramentas	711	10	(5)	-	716
Imobilizações em andamento	33.974	20.236	-	(34.993)	19.217
Total do custo	376.441	25.499	(2.530)	-	399.410

Delga Indústria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

11. Ativo imobilizado--Continuação

b) Depreciação acumulada

	Taxa de depr		Adições	Baixas	31/12/2025
	% a.a.	31/12/2024			
Edifícios	4	(5.298)	(405)	-	(5.703)
Instalações	10	(18.983)	(1.077)	-	(20.060)
Máquinas e equipamentos	10	(131.467)	(11.649)	-	(143.116)
Móveis e utensílios	10	(903)	(34)	-	(937)
Veículos	20	(1.135)	(3)	-	(1.138)
Equipamentos CPD	20	(1.807)	(30)	-	(1.837)
Aparelhos e acessórios	10	(4.900)	(37)	-	(4.937)
Benfeitorias em imóveis	4	(17.583)	(2.187)	-	(19.770)
Veículos industriais	20	(94)	-	-	(94)
Embalagens industriais	10	(7.131)	(552)	-	(7.683)
Bens de pequeno valor	100	(1)	-	-	(1)
Instalações administrativas	10	(432)	(40)	-	(472)
Ferramentas	10	(355)	(44)	-	(400)
Total da depreciação acumulada		(190.090)	(16.058)	-	(206.148)
Imobilizado líquido		209.319	5.920	-	215.239

	Taxa de depreciação		Adições	Baixas	31/12/2024
	% a.a.	31/12/2023			
Edifícios	4	(4.893)	(404)	-	(5.298)
Instalações	10	(17.691)	(1.292)	-	(18.983)
Máquinas e equipamentos	5	(120.916)	(11.731)	1.180	(131.467)
Móveis e utensílios	10	(869)	(36)	2	(903)
Veículos	20	(1.130)	(5)	-	(1.135)
Equipamentos CPD	20	(1.781)	(26)	-	(1.807)
Aparelhos e acessórios	10	(4.867)	(33)	-	(4.900)
Benfeitorias em imóveis	4	(15.421)	(2.162)	-	(17.583)
Veículos industriais	20	(94)	-	-	(94)
Embalagens industriais	10	(6.177)	(954)	-	(7.131)
Bens de pequeno valor	100	(1)	-	-	(1)
Instalações administrativas	20	(392)	(40)	-	(432)
Ferramentas	10	(312)	(44)	-	(356)
Total da depreciação acumulada		(174.544)	(16.727)	1.182	(190.090)
Imobilizado líquido		201.897			209.320

A Companhia efetuou avaliação da vida útil-econômica dos itens do ativo imobilizado e concluiu que as taxas de depreciação e amortização utilizadas estão adequadas.

Não houve custos de capitalização de empréstimos oriundos de imobilização incorridos no exercício findo de 31 de dezembro de 2025.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

12. Empréstimos e financiamentos

A Companhia mantém contratos de empréstimos e financiamentos com diversas instituições financeiras para atender às suas necessidades de capital de giro e investimentos. A composição da dívida em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está detalhada a seguir:

Instituição	Modalidade	Moeda	Vencimento	Taxa de juros	2025	2024
BNDES	FINAME	Reais	15/10/2040	TLP + 4,40% + 5,48% a.a.	43.338	41.572
CBB	Capital de giro	Reais	03/11/2026	CDI + 2,58% a.a.	-	1.432
Banco do Brasil	Capital de giro	Reais	01/12/2026	CDI + 2,58% a.a.	22.285	35.980
Sofisa	Capital de giro	Reais	15/12/2027	CDI + 6,93% a.a.	15.377	26.772
BIB	Capital de giro	Reais	26/09/2026	CDI + 7,83% a.a.	3.008	-
Bancos	Risco sacado (i)	Reais	26/03/2025	20,13% a.a.	52.345	46.844
Fundos	Risco sacado (i)	Reais	26/03/2025	25,95% a.a.	30.146	37.353
Daycoval	Capital de giro	Reais	15/01/2026	CDI + 8% a.a.	3.000	-
BV	Capital de giro	Reais	01/11/2026	CDI + 0.37% a.m.	10.140	-
Safra S.A	Capital de giro	Reais	01/03/2031	CDI + 0.44% a.m.	2.210	-
Luso Brasileiro	Capital de giro	Reais	01/01/2027	CDI + 0.68% a.m.	3.369	-
Guanabara	Capital de giro	Reais	01/02/2027	CDI + 7.44% a.a.	11.276	-
Total					196.494	189.952
Passivo circulante					144.902	119.648
Passivo não circulante					51.592	70.305

Principais *Covenants*: não sofrer protesto cambiário, não requerer recuperação extrajudicial ou judicial, não haver processo de falência, não sofrer ação judicial ou procedimento fiscal que coloque em risco as garantias constituídas, não promover alterações societárias relacionadas a fusão, cisão, liquidação, dissolução, incorporação ou qualquer outra forma de reorganização societária sem a prévia anuência do banco, não realizar distribuição ou pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio, redução de capital social, partes beneficiárias, amortizações de ações, bonificações em dinheiro ou quaisquer outras modalidades de remuneração que seja devida aos acionistas, exceto os dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei 6404/76, limitado a 25% do lucro líquido do período.

(i) Risco sacado

A Companhia possui um programa para fomentar a aquisição de insumos, operacionalizado através de plataformas 100% digitais. A efetiva antecipação dos recebíveis depende do aceite por parte de seu principal fornecedor, tendo em vista que a participação do mesmo não é compulsória. A instituição financeira que ofertar a menor taxa de desconto passa a ser a credora das faturas efetivamente antecipadas, possibilitando ao fornecedor o recebimento antecipado e, conseqüentemente, o alongamento dos prazos de pagamento das obrigações da Companhia, a qual não é ressarcida e/ou beneficiada pela instituição financeira que realizar a operação de descontos por qualquer pagamento executado antes da data de vencimento acordada junto ao fornecedor.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

12. Empréstimos e financiamentos--Continuação

O vencimento da dívida de longo prazo está assim demonstrado:

Ano	2025	2024
2026	144.902	119.648
2027	20.232	28.284
2028	8.230	11.686
2029	8.230	8.006
2030	8.230	8.006
A partir de 2031	6.669	14.322
	196.494	189.953

Movimentação dos empréstimos e financiamentos

31/12/2024	Captação	Pagto de principal	Prov. juros	Pagto juros	31/12/2025
189.953	386.122	(379.976)	38.529	(38.133)	196.494
189.953	386.122	(379.976)	38.529	(38.133)	196.494

31/12/2023	Captação	Pagto de principal	Prov. juros	Pagto juros	31/12/2024
131.287	400.072	(326.824)	11.806	(26.388)	189.953
131.287	400.072	(326.824)	11.806	(26.388)	189.953

A Companhia realizou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, novas captações no montante de R\$386.122 mil, destinadas principalmente ao financiamento do capital de giro e investimentos operacionais.

Os pagamentos de principal totalizaram R\$379.976 mil no período, enquanto os juros pagos somaram R\$38.133 mil. Adicionalmente, foi reconhecida provisão de juros no montante de R\$38.529 mil, refletindo o regime de competência e o custo financeiro incorrido no exercício.

A variação observada entre os exercícios decorre, principalmente, da evolução do perfil de amortização dos contratos e do reconhecimento integral dos encargos financeiros pelo regime de competência.

As linhas de financiamentos possuem como garantias, principalmente, os próprios bens financiados, notas promissórias e avais prestados pelos acionistas controladores.

A Companhia mantém políticas de gestão da dívida alinhadas ao seu planejamento financeiro, monitorando continuamente as condições de mercado, taxas de juros e prazos de vencimento, com o objetivo de otimizar sua estrutura de capital.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

12. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Cláusulas restritivas *Covenants*

A Companhia atendeu as cláusulas restritivas existentes nos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

13. Debêntures

Em 14 de abril de 2014, a Companhia realizou a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie com garantia real, com garantias adicionais fidejussórias.

As debêntures são nominativas e escriturais, e fazem jus à remuneração correspondente à variação das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (CDI), acrescida de spread, conforme condições estabelecidas contratualmente.

Os encargos são pagos mensalmente, e o principal é amortizado de acordo com o cronograma contratual.

Aditamento contratual

Em 2025, a Companhia celebrou o 17º aditamento à escritura de emissão de debêntures, aprovado em assembleia de debenturistas, contemplando, principalmente:

- Prorrogação do vencimento final para 12 de agosto de 2027;
- Manutenção das condições de remuneração atreladas ao CDI acrescido de spread;
- Substituição e reforço das garantias reais vinculadas à operação;
- Previsão de amortização extraordinária condicionada à geração de caixa;
- Atualização de determinadas condições contratuais e obrigações da Companhia.

Garantias

As debêntures contam com garantias reais e fidejussórias, incluindo alienação fiduciária e hipoteca de imóveis, bem como fiança prestada pela controladora, empresas do grupo e acionistas.

Nos termos contratuais, as garantias devem manter relação mínima de cobertura em relação ao saldo da dívida, conforme previsto na escritura e seus aditamentos.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

13. Debêntures--Continuação

Mensuração contábil

As debêntures estão registradas pelo custo amortizado, acrescido dos encargos financeiros incorridos até a data-base, conforme previsto no CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.

A Companhia não incorreu em custos de captação nos exercícios de 2025 e 2024.

A classificação entre circulante e não circulante é realizada com base nos vencimentos contratuais das obrigações.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Debêntures a pagar	20.972	33.678
Circulante	12.658	12.893
Não circulante	8.314	20.785

O vencimento da dívida está assim demonstrado:

<u>2026</u>	<u>2027</u>	<u>2028</u>	<u>Total</u>
12.658	8.314	-	20.972

Movimentação das debêntures

<u>31/12/2024</u>	<u>Captação</u>	<u>Pagamento principal</u>	<u>Provisão de juros</u>	<u>Pagamento de juros</u>	<u>31/12/2025</u>
33.678	-	(12.634)	5.062	(5.135)	20.972
33.678	-	(12.634)	5.062	(5.135)	20.971

<u>31/12/2023</u>	<u>Captação</u>	<u>Pagamento principal</u>	<u>Provisão de juros</u>	<u>Pagamento de juros</u>	<u>31/12/2024</u>
59.151	-	(25.368)	6.145	(6.250)	33.678
59.151	-	(25.368)	6.145	(6.250)	33.678

Cláusulas restritivas covenants

As debêntures estão sujeitas ao cumprimento de cláusulas restritivas (covenants), que incluem a manutenção de determinados índices financeiros e outras obrigações contratuais.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

13. Debêntures--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia encontrava-se em conformidade com tais cláusulas, conforme apuração baseada nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Delga Participações S.A.

14. Fornecedores

Os saldos de fornecedores em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão assim compostos:

	2025	2024
Fornecedores nacionais	40.871	55.795
Fornecedores estrangeiros (Nota nº 28)	85	4.182
	40.956	59.977

Os saldos apresentados referem-se a obrigações com fornecedores de matéria-prima, insumos e serviços relacionados às operações da Companhia, com prazos médios de pagamento alinhados às práticas comerciais do setor.

15. Obrigações trabalhistas e sociais

Os saldos das obrigações trabalhistas e sociais da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão assim compostos:

	2025	2024
Ordenados e salários	3.096	3.523
Encargos sociais - INSS e FGTS	6.145	6.000
Provisão de férias e encargos	13.852	15.278
Rescisões a pagar	8	8
Provisão Bônus / PLR	4.141	5.459
Outras	242	231
	27.484	30.499

O saldo das obrigações trabalhistas e sociais apresentou redução em 2025 em relação ao exercício anterior, passando de R\$30.499 mil para R\$27.484 mil.

Essa variação decorre, principalmente, da redução na provisão de bônus e participação nos lucros e resultados (PLR), refletindo o desempenho do exercício, bem como da diminuição na provisão de férias e encargos associados.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

15. Obrigações trabalhistas e sociais--Continuação

Adicionalmente, observou-se redução nos saldos de ordenados e salários, parcialmente compensada pelo aumento nos encargos sociais (INSS e FGTS), em linha com a composição da folha de pagamento no período.

A Companhia mantém controles sobre suas obrigações trabalhistas, assegurando o cumprimento da legislação vigente e o adequado reconhecimento das provisões relacionadas a benefícios e encargos sociais.

16. Obrigações fiscais e tributárias

Os saldos das obrigações fiscais e tributárias da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão assim compostos:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
ICMS	11.127	4.236
ISS	93	193
IRRF	37	64
PIS/COFINS	1.774	1.241
Outras	208	802
Importação	(13)	-
	<u>13.226</u>	<u>6.536</u>

O saldo das obrigações fiscais e tributárias apresentou aumento relevante em 2025 em relação ao exercício anterior, passando de R\$6.536 mil para R\$13.227 mil.

Essa variação decorre, principalmente, do aumento no saldo de ICMS a recolher, refletindo a dinâmica das operações da Companhia no período, bem como o maior volume de apurações tributárias concentradas na data-base.

Adicionalmente, observou-se aumento nos saldos de PIS e COFINS, em linha com a base de cálculo das receitas tributáveis, parcialmente compensado pela redução em outras obrigações tributárias.

As obrigações tributárias são reconhecidas no passivo da Companhia e liquidadas conforme os vencimentos previstos na legislação fiscal aplicável.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

17. Parcelamentos de impostos

A Companhia possui parcelamentos de tributos federais e estaduais, conforme demonstrado a seguir:

	2025	2024
ICMS (i)	43.750	29.145
INSS (iii)	13.814	8.156
ICMS RJ (i)	17	-
AUTO DE INFRAÇÃO (iv)	3.323	-
PERT RFB (ii)	10.704	12.261
Juros a Transcorrer	(10.735)	(12.090)
Total	60.873	37.472
Passivo circulante	21.816	23.904
Passivo não circulante	39.057	13.568

O aumento no saldo total de parcelamentos em 2025 reflete, principalmente, a adesão a novos parcelamentos no período, com destaque para débitos de ICMS e autos de infração.

(i) ICMS

Entre os exercícios de 2024 e 2025, a Companhia aderiu a programas de parcelamento de débitos tributários estaduais relacionados ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), anteriormente inscritos em dívida ativa.

Os parcelamentos foram formalizados junto às autoridades fiscais competentes, com prazos de amortização de até 60 parcelas mensais. Os saldos estão sujeitos à atualização monetária e à incidência de encargos legais, incluindo atualização pela taxa SELIC, conforme previsto na legislação tributária vigente.

Na data-base das demonstrações financeiras, os parcelamentos encontram-se regulares e vêm sendo liquidados conforme os cronogramas estabelecidos. Os respectivos saldos estão classificados entre passivo circulante e não circulante, de acordo com o prazo estimado para liquidação das obrigações.

(ii) PERT - Lei 13.496/17

Em 14 de novembro de 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), abrangendo débitos junto à Receita Federal do Brasil (RFB).

A modalidade aderida prevê o pagamento com entrada de 20% do valor consolidado da dívida, sem reduções, em cinco parcelas mensais e sucessivas, e o saldo remanescente parcelado em até 145 prestações mensais (até 03/2031).

O programa prevê redução de 80% dos juros de mora e 50% das multas de mora, de ofício ou isoladas, conforme estabelecido pelo art. 2º da Lei nº 13.496/2017.

(iii) INSS e RFB Lei 11.941/09

Em 25 de novembro de 2009, a Companhia optou pela migração de débitos do PAES federal para o REFIS IV, instituído pela Lei nº 11.941/09.

O parcelamento foi formalizado em até 180 meses, sendo mantido regularmente desde sua adesão. A permanência no programa está condicionada à quitação pontual das parcelas, que são corrigidas mensalmente pela taxa SELIC.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

17. Parcelamentos de impostos--Continuação

Nos últimos anos, a Companhia realizou novas adesões ao REFIS IV para regularização de débitos, com contratos formalizados em 2020 (R\$16.361 mil, em até 60 meses), 2021 (R\$10.524 mil) e 2022 (R\$6.785 mil), cujos pagamentos seguem o cronograma estabelecido.

(iv) Auto de infração

Em 15 de setembro de 2025, a Companhia aderiu a parcelamento simplificado de auto de infração relacionado à multa por não recolhimento de estimativas de IRPJ e CSLL junto à Receita Federal do Brasil (RFB).

A modalidade prevê redução das penalidades, condicionada ao pagamento ou à adesão ao parcelamento no prazo legal, conforme previsto na legislação tributária vigente.

Escalonamento dos parcelamentos

<u>2026</u>	<u>2027</u>	<u>2028</u>	<u>2029 ou mais</u>	<u>Total</u>
22.900	14.778	14.733	8.461	60.872

A Companhia segue acompanhando sua estratégia de gestão tributária para manter a regularidade fiscal e otimizar a utilização dos benefícios dos programas de parcelamento.

18. Adiantamento de clientes

Os valores registrados como adiantamento de clientes referem-se a recebimentos antecipados por produtos e serviços a serem entregues ou prestados em períodos subsequentes.

A composição dos saldos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é apresentada a seguir:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Adiantamento de clientes	<u>47.496</u>	6.859
Total	<u>47.496</u>	<u>6.859</u>

O aumento no saldo de adiantamentos de clientes em 2025 decorre, principalmente, do recebimento antecipado relacionado a novos projetos em andamento, com destaque para valores vinculados ao desenvolvimento de ferramentais.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

18. Adiantamento de clientes--Continuação

A Companhia reconhece esses valores como receita ao longo do tempo ou no momento da transferência de controle dos bens e serviços, conforme aplicável, em conformidade com as práticas contábeis vigentes.

Os saldos de adiantamentos são realizados à medida que as obrigações de desempenho são atendidas, de acordo com o cronograma de execução dos projetos.

19. Provisões para perdas em processos judiciais

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão.

A administração da Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, efetua análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão com risco de perda provável em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Natureza	31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2024	Adições	Baixas	31/12/2025
Trabalhistas	7.110		(279)	6.831	-	(1.650)	5.181
Fiscais	-	177	-	177	-	(177)	-
	<u>7.110</u>	<u>177</u>	<u>(279)</u>	<u>7.008</u>	<u>-</u>	<u>(1.827)</u>	<u>5.181</u>

A Companhia e suas controladas possuem depósitos judiciais para fazer face aos processos atualmente discutidos judicialmente, os quais totalizam os seguintes valores:

Processos possíveis

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui contingências passivas trabalhistas e tributárias no montante de R\$55.150 (R\$14.415 em 2024), que na opinião de seus consultores jurídicos a probabilidade de perda é classificada como possível.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$47.359, representado por 47.359.317 ações ordinárias nominativas no valor nominal unitário de R\$1,00 cada uma, integralmente subscritas e integralizadas pelos sócios, cuja abertura é conforme segue:

<u>Acionista</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Valor</u>
Delga Participações S.A.	47.359.317	47.359
Maria Ione Victtolo Delgado	2	-
	47.359.319	47.359

Durante o exercício de 2025, houve movimentação no capital social da Companhia, decorrente de aumento de capital aprovado pelos acionistas.

Em 2025, a Companhia registrou aumento de capital no montante de R\$60 mil, conforme evidenciado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Esse aumento decorreu da integralização de capital mediante a conferência de propriedade para investimento, realizada pela controladora Delga Participações S.A.,

O imóvel objeto da integralização consiste em propriedades localizadas na Rua William Speers, nº 202 e 154, no 14º Subdistrito - Lapa, município de São Paulo, bem como o respectivo terreno, situado na esquina da referida via com a Travessa Emília Alba.

A operação foi realizada em conformidade com a legislação societária vigente

b) Reserva legal

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, deverão ser aplicados 5% (cinco por cento) do lucro líquido apurado a cada exercício na constituição de reserva legal, até que o seu montante atinja 20% (vinte por cento) do capital social, desde que a Companhia não tenha prejuízos acumulados superiores ao lucro auferido.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

20. Patrimônio líquido--Continuação

c) Política de dividendos

Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado conforme artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

21. Receita líquida

A receita líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está assim demonstrada:

	2025	2024
Receita de venda de mercadorias	(1.013.522)	(1.117.066)
Receita de ferramental	(5.545)	(29.448)
Outras	(48)	(13)
Deduções da receita	227.837	255.677
Receita líquida	(791.278)	(890.850)

A receita de venda de mercadorias apresentou redução no exercício, refletindo, principalmente, a queda no volume de vendas, com destaque para a retração na linha de veículos pesados.

A receita de ferramentais também apresentou redução significativa em relação ao exercício anterior, em função da menor entrada e faturamento de novos projetos no período.

As deduções da receita são compostas pelos seguintes itens:

	2025	2024
Devoluções	6.173	6.692
ICMS	145.860	163.778
PIS	13.514	15.193
COFINS	62.245	69.981
Outros	45	33
Total de deduções da receita	227.837	255.677

As deduções da receita acompanham a redução do faturamento bruto no período, sendo compostas, principalmente, por tributos incidentes sobre as vendas, como ICMS, PIS e COFINS.

A Companhia reconhece a receita de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, no momento da transferência de controle dos bens ou serviços ao cliente, conforme aplicável.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

22. Despesas e custos por natureza

As despesas e os custos incorridos pela Companhia durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão detalhados conforme sua natureza e classificação.

	2025	2024
Matéria-prima	445.612	508.312
Mão de Obra	200.455	182.785
Tercerização / PJ	50.123	46.982
Depreciação	24.284	24.407
Outros	87.480	91.336
	807.954	853.822

As despesas e custos foram classificados da seguinte forma nos exercícios findos em 31 de dezembro:

	2025	2024
Custos dos produtos vendidos	759.554	787.495
Despesas administrativas e gerais	48.400	66.327
	807.954	853.822

23. Outras receitas operacionais

As outras receitas operacionais da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão assim demonstradas:

	2025	2024
Outras receitas operacionais diversas	20.901	1.314
	20.901	1.314

O saldo de outras receitas operacionais totalizou R\$20.901 mil em 2025 (R\$1.314 mil em 2024), representando aumento relevante no período.

Esse aumento decorre, principalmente, do reconhecimento de receitas não recorrentes registradas no exercício, com destaque para programa MOVER no valor de R\$2.5151 mil, ICMS extemporâneo no valor de R\$4.141mil, correção ICMS exclusão da base de Pis e Cofins no valor de R\$10.025 mil e créditos decorrentes de ação previdenciária de INSS no valor de R\$2.137 mil.

No exercício de 2024, as outras receitas operacionais referiam-se a valores não relevantes e de natureza recorrente.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

24. Resultado financeiro líquido

A composição do resultado financeiro líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está demonstrada a seguir:

Receitas financeiras

	2025	2024
Juros e descontos	(8.078)	(735)
Rendimentos de aplicações financeiras	(2.379)	(2.202)
Receita Selic	(5.407)	(1.960)
Receita de Derivativos MTM	-	333
Variação cambial ativa	(1.058)	(453)
	(16.922)	(5.017)

As receitas financeiras totalizaram R\$16.922 mil em 2025 (R\$5.017 mil em 2024), apresentando aumento relevante no período.

Essa variação decorre, principalmente, da maior atualização monetária pela taxa SELIC, bem como do aumento dos rendimentos de aplicações financeiras e da variação cambial ativa registrada no exercício.

Despesas financeiras

	2025	2024
Juros sobre empréstimos e financiamentos	28.793	19.436
Juros, descontos e IOF	22.700	15.731
Tarifas bancárias	807	535
Variação cambial passiva	1.006	538
Multa de mora	868	514
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	745	238
Juros e encargos sobre parcelamentos	10.299	13.214
Juros sobre antecipação de recebíveis	22.176	17.135
Juros s/ Arrendamentos - IFRS 16	1.969	2.271
Outras	327	137
	89.690	69.749

As despesas financeiras totalizaram R\$89.690 mil em 2025 (R\$69.749 mil em 2024), representando aumento em relação ao exercício anterior.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

24. Resultado financeiro líquido--Continuação

Despesas financeiras--Continuação

Esse aumento decorre, principalmente, de:

- Maiores encargos sobre empréstimos e financiamentos;
- Crescimento das despesas com antecipação de recebíveis; e
- Aumento dos juros, descontos e demais encargos financeiros no período.

Resultado financeiro líquido

Como consequência, o resultado financeiro líquido apresentou aumento da despesa no exercício, passando de R\$64.732 mil em 2024 para R\$72.769 mil em 2025.

25. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferido

a) Composição da alíquota efetiva

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro/Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(24.012)	(26.456)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social: Pela alíquota fiscal combinada	8.164	8.995
Adição permanente de despesas não dedutíveis	(1.446)	(163)
Exclusão permanente de receitas não tributáveis	902	668
Imposto diferido ativos não registrados	-	(10.090)
Outros	(353)	16
Imposto de renda e contribuição social diferido no resultado do exercício	7.267	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício corrente	-	(574)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício diferido	7.267	-
Taxa efetiva	-30%	2%

Delga Indústria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

25. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferido--Continuação

b) Composição do imposto de renda e contribuição social a recolher

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Imposto de renda devido	-	428
(-) Retenções na fonte	-	(11)
Contribuição social a recolher	-	157
Compensações	-	-
Total	<u>-</u>	<u>574</u>

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases contábeis e fiscais dos ativos e passivos, bem como sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, conforme previsto no CPC 32 – Tributos sobre o Lucro.

Os saldos de ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados líquidos no balanço patrimonial quando há direito legal de compensação e quando se referem a tributos administrados pela mesma autoridade fiscal.

Movimentação e efeito no resultado do período

Os valores para compensação futura são os seguintes:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Em 1° de janeiro	-	-
Provisão para PLR	1.834	-
Provisão de Estoque	630	-
Prejuízo fiscal e base negativa	21.353	-
AVJ (i)	(16.550)	-
Em 31 de dezembro	<u>7.267</u>	<u>-</u>
Efeito no resultado	<u>7.267</u>	<u>-</u>

- (i) Ajuste a valor justo (AVJ) - No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu ajuste a valor justo no montante de R\$ 48.676 mil vide **nota 9** registrado no resultado do exercício. Em decorrência desse ajuste, foi constituído passivo fiscal diferido no montante de R\$ 16.550 mil, calculado com base na alíquota combinada de 34% (IRPJ e CSLL), refletindo o efeito tributário sobre a diferença temporária tributável gerada.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

25. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferido--Continuação

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

Composição

O imposto de renda, bem como a contribuição social sobre o lucro líquido diferidos são reconhecidos para os prejuízos fiscais e base negativa, que não há previsão de prescrição, e diferenças temporárias na proporção da probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal por meio dos lucros tributáveis futuros. A movimentação dos ativos e passivos de impostos diferidos durante os períodos, sem levar em consideração a compensação dos saldos, é a seguinte:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Provisão para PLR	1.834	-
Provisão de Estoques	630	-
Prejuízo fiscal e base negativa	21.353	-
Total ativo diferido	23.817	-
IR/CS sobre AVJ	(16.550)	-
Total passivo diferido	(16.550)	-
Total do IR/CSLL diferido líquido	7.267	-

Expectativa de Realização

<u>Ano</u>	<u>2025</u>
2026	202
2027	1.120
2028	3.587
2029	5.462
2030	6.921
A partir de 2031	6.525
	<u>23.817</u>

A Administração revisa periodicamente as premissas utilizadas na projeção de resultados tributáveis futuros, considerando o histórico de rentabilidade e o plano de negócios da Companhia, de forma a suportar a manutenção dos ativos fiscais diferidos registrados, conforme requerido pelo CPC 32.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

26. Outras receitas não operacionais

As outras receitas e despesas não operacionais da Companhia em 31 de dezembro de 2025 são compostas conforme abaixo:

Descrição	R\$ mil
Ganho de ajuste a valor justo (nota 9)	48.676
Multa por auto de infração	(3.405)
Outras despesas não operacionais	(749)
Total	44.522

O saldo de outras receitas e despesas não operacionais no exercício é composto, substancialmente, pelo reconhecimento de ganho decorrente do ajuste a valor justo de propriedade para investimento, no montante de R\$ 48.676 mil, conforme detalhado na Nota 9. Sobre esse ganho, foi reconhecido o correspondente efeito tributário diferido, também descrito na Nota 25.

As despesas não operacionais referem-se, principalmente, ao reconhecimento de multa decorrente de auto de infração, no montante de R\$ 3.405 mil, bem como outras despesas de natureza eventual, que não estão relacionadas às atividades operacionais recorrentes da Companhia.

A Administração entende que tais efeitos possuem natureza não recorrente e não refletem o desempenho operacional regular da Companhia.

27. Resultado por ação

O cálculo do lucro por ação foi baseado no lucro do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias, conforme segue:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	(16.745)	(27.030)
Quantidade de ações ordinárias (nota nº 20)	47.359.319	47.298.832
Lucro por ação (em R\$)	(0,0004)	(0,0010)

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não havia ações ordinárias em circulação nem qualquer efeito diluidor.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

28. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros onde, os resultados obtidos, são consistentes com as expectativas da Administração e as transações com instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado. A Companhia não possui políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros visto que a Administração entende que não existe risco significativo de perdas associados a esses instrumentos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	Nota	2025		2024	
		Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Custo amortizado
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	18.013	-	32.366
Contas a receber de clientes	6	-	10.681	-	18.968
		-	28.694	-	51.334
	Nota	2025		2024	
		Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Custo amortizado
Passivo					
Empréstimos e financiamentos	12	-	196.494	-	189.952
Debêntures	13	-	20.972	-	33.678
Fornecedores	14	-	40.956	-	59.977
Adiantamento de clientes	18	-	47.496	-	6.859
Arrendamentos a pagar	10	-	16.707	-	19.117
		-	322.625	-	309.583

Valor justo dos instrumentos financeiros

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras da Companhia estão substancialmente concentradas em aplicações CDB, indexadas à variação do CDI (100,5% do CDI). As aplicações permitem o resgate imediato sem encargos por antecipação.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os valores de mercado dos instrumentos financeiros “não derivativos” obtidos através da metodologia acima, não divergem dos saldos contábeis.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

28. Instrumentos financeiros--Continuação

Valor justo dos instrumentos financeiros--Continuação

Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia possui práticas e procedimentos para minimizar riscos de mercado, tais como risco de crédito, de variação cambial e flutuação de taxa de juros. As exposições aos riscos são monitoradas periodicamente.

a) *Risco de crédito*

Decorrem da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto e realiza também a antecipação de pagamentos antes do faturamento limite. No que tange às instituições financeiras, a Companhia procura realizar suas operações com instituições financeiras de baixo risco. Para contas a receber por vendas, a Companhia possui provisão para perdas esperadas de créditos, conforme mencionado na Nota explicativa nº 6.

b) *Risco de preço das mercadorias vendidas ou dos produtos adquiridos*

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados pela Companhia e dos demais materiais utilizados nas atividades operacionais da Companhia. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

c) *Risco de taxas de juros*

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

28. Instrumentos financeiros--Continuação

Valor justo dos instrumentos financeiros--Continuação

Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

d) Risco de taxa de câmbio

O risco da taxa de câmbio corresponde à redução dos valores dos ativos da Companhia ou aumento de seus passivos em função de uma alteração da taxa de câmbio. A Companhia não opera com mecanismos de *hedge* e outras modalidades de proteção para exposição cambial.

A exposição da Companhia ao risco de moeda estrangeira (Dólar) foi a seguinte - base em valores nominais:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Clientes do exterior (Nota nº 6)	1.059	2.598
Fornecedores do exterior (Nota nº 14)	(85)	(4.182)
Exposição líquida do balanço patrimonial	974	(1.584)

Taxas de câmbio utilizadas em 31 de dezembro de 2025 USD/BRL 5,5018

Análise de sensibilidade sobre variação cambial

<u>Exposição patrimonial</u>	<u>Exposição</u>	<u>Taxa de câmbio em 31/12/2025</u>	<u>Cenários</u>				
			<u>I - Provável</u>	<u>II 25%</u>	<u>III 50%</u>	<u>IV -25%</u>	<u>V -50%</u>
Clientes do Exterior	192	5,50	1.059	1.324	1.589	794	530
Fornecedores do Exterior	(15)	5,50	(85)	(106)	(128)	(64)	(43)
Impacto no resultado			974	1.218	1.461	730	487

Análise de sensibilidade sobre variação na taxa de juros

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas divulgadas pelo Itaú BBA. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

28. Instrumentos financeiros--Continuação

Valor justo dos instrumentos financeiros--Continuação

d) Risco de taxa de câmbio--Continuação

Análise de sensibilidade sobre variação na taxa de juros--Continuação

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Exposição patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros esperada em 31/12/2025	Cenários				
				I - Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
Aplicações financeiras (Nota nº 05)	12.485	Redução da SELIC	12,50%	1.561	1.951	2.341	1.170	780
Debêntures (Nota nº 13)	(20.971)	Aumento da SELIC	12,50%	(2.621)	(3.277)	(3.932)	(1.966)	(1.311)
Empréstimos e financiamentos (Nota nº 12)	(3.000)	Aumento da SELIC	12,55%	(377)	(471)	(565)	(282)	(188)
Impacto no resultado				(1.437)	(1.797)	(2.156)	(1.078)	(719)

e) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista.

A abordagem da Companhia no gerenciamento do risco de liquidez é de garantir o pagamento de suas obrigações, motivo pelo qual tem por objetivo manter disponibilidade caixa para cumprimento de suas obrigações de curto prazo, fazendo o possível para que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

28. Instrumentos financeiros--Continuação

Valor justo dos instrumentos financeiros--Continuação

Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

e) Risco de liquidez--Continuação

31 de dezembro de 2025	Valor contábil	Fluxo de caixa	Até o 1º ano	Do 2º Ano	Do 3º ano
Empréstimos e financiamentos (Nota nº 12)	196.494	196.495	144.902	20.232	31.361
Debêntures (Nota nº 13)	20.972	20.972	12.658	8.314	-
Fornecedores (Nota nº 14)	40.956	40.956	40.956	-	-
Adiantamento de clientes (Nota nº 18)	47.496	47.496	47.496	-	-
Arrendamentos a pagar (Nota nº 10)	14.375	14.375	14.375	-	-
Outras contas a pagar	-	-	-	-	-
	320.293	320.294	260.387	28.546	31.361

Valor justo x valor contábil

O valor justo dos instrumentos financeiros se aproxima do valor contábil em 31 de dezembro de 2025 e 2024, sem haver variação significativa de valor.

29. Gestão de Capital

A estratégia de gestão de capital da Companhia tem como objetivo assegurar a continuidade de suas operações, manter uma estrutura de capital adequada e preservar níveis de liquidez suficientes para o cumprimento de suas obrigações financeiras.

A Companhia monitora sua estrutura de capital por meio de indicadores financeiros, incluindo a dívida líquida e o patrimônio líquido, buscando manter níveis compatíveis com sua capacidade de geração de caixa e com suas metas estratégicas.

A Administração acompanha de forma contínua a evolução do endividamento e do capital de giro, adotando medidas voltadas à otimização da estrutura financeira e ao equilíbrio entre financiamento e liquidez.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia manteve-se adimplente com seus fornecedores, instituições financeiras, prestadores de serviços e demais compromissos financeiros, refletindo disciplina na gestão de caixa e na condução de suas obrigações.

Durante o exercício, não ocorreram mudanças relevantes nas políticas ou práticas de gestão de capital.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

30. Eventos subsequentes

Em conformidade com o CPC 24, a Companhia avaliou os eventos ocorridos entre a data de encerramento do exercício social e a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras.

Em 09 de março de 2026, a Companhia celebrou contrato de mútuo com Delga Indústria e Comércio S.A., no montante de R\$12 Milhões, com vencimento em 10 parcelas mensais iguais e sucessivas, sendo a primeira com vencimento em 31/03/2026, sujeito à remuneração de juros remuneratórios equivalentes a 100% da taxa CDI (Certificados de Depósito Interbancário, com a taxa média diária "CDI Over"), divulgada pela B3 S.A., acrescidos de 3% (três por cento) ao ano, com capitalização diária, seguindo a metodologia utilizada pelo mercado financeiro

O referido contrato tem como principal objetivo financiamento das atividades operacionais e de capital de giro.

A Administração avaliou que este evento não gera efeitos que demandem ajuste nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025, por se tratar de evento subsequente não ajustável. No entanto, a divulgação é considerada relevante para o adequado entendimento da posição financeira e patrimonial da Companhia.

Não houve outros eventos subsequentes relevantes que pudessem requerer divulgação ou ajuste nas demonstrações financeiras.

* * *

Antonio Augusto Delgado Junior
Diretor Presidente

Fabiano Lobo de Moares
Diretor Administrativo Financeiro

Confirp Contabilidade Ltda
Contador CRC 2SP.014.230/O-3